

## **A RE-EXISTÊNCIA CAMPONESA NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DO SUDESTE PARAENSE (1995 – 2004).**

**Michelotti, Fernando – UFPA/ LASAT**  
fm@skorpionet.com.br

**Ribeiro, Beatriz Figueiredo – LASAT**  
beatrizf.ribeiro@bol.com.br

**Florêncio, Sônia Rampim – LASAT**  
soraflo@ig.com.br

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) propõe construir planos para o desenvolvimento de territórios definidos como prioritários para o tratamento da questão agrária brasileira. Ressalta-se que, em um plano de desenvolvimento territorial, há uma perspectiva de desenvolvimento a partir da ação/reflexão de um ator social específico, de sua relação com uma porção do espaço e suas relações de poder frente aos outros atores sociais (Raffestin,1993:153). Este artigo trata de um desses territórios, o do Sudeste Paraense, composto por 07 municípios, tendo Marabá como referência. Na construção do seu Plano de Desenvolvimento Territorial, delimitou-se o seu recorte a partir de um ator específico: o campesinato. No entanto, essa escolha não é suficiente para garantir que a implementação do plano siga a trajetória pretendida, pois dependerá das relações de poder em disputa. Estas se materializam através dos trunfos que cada um dos atores sociais mobiliza (Raffestin,1993:58). O objetivo desse artigo é refletir sobre a evolução recente da estrutura fundiária desse território, assumindo que a conquista de assentamentos é um dos trunfos de poder do campesinato (Fernandes,1999:242) para influenciar a dinâmica do desenvolvimento territorial. Oliveira (2004:15-16) mostra a existência de dois processos distintos e contraditórios vinculados ao desenvolvimento recente da agricultura capitalista no Brasil: a 'territorialização do capital monopolista na agricultura', que expulsa do campo os camponeses e a 'monopolização do território pelo capital monopolista', que abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva, embora busque subordiná-la. Nesse segundo processo, a re-existência camponesa em manter-se na terra pode levar inclusive a uma luta pela não subordinação ao capital, buscando a construção de um território livre e liberto (Oliveira,1999:11). A ocupação de terra e a conquista do assentamento competem com a territorialização do capital e abrem espaço para a re-existência camponesa. A criação do assentamento significa a conquista de uma fração do território que Fernandes (1999:241) define como a *territorialização da luta pela terra*. Assim, em que medida o processo de criação de assentamentos ocorrido no território do sudeste paraense, sobretudo a partir da década de 90 pode significar uma desconcentração da estrutura fundiária e um

fortalecimento da re-existência camponesa nesse território? Para essa reflexão partiu-se dos dados do último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (1995-96) os quais indicam a situação fundiária em 31 de dezembro de 1995. Esses dados de 1995 foram confrontados com as desapropriações de terra para criação de assentamentos, registrados no Sistema de Informação dos Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) do INCRA e atualizados até 29 de dezembro de 2004. Embora a comparação entre estes dados tenha limitações, uma vez que as informações levantadas partem de metodologias diferentes, é possível indicar tendências gerais. A somatória da área ocupada em 31.12.95 pelo conjunto dos estabelecimentos recenseados era, nesse território, de 1.462.773ha. Desta data até 2004, foram desapropriados 719.940ha para criação de assentamentos. Essas novas desapropriações quando somadas aos 530.195ha desapropriados até 1995, perfazem um total de 1.250.135ha. Embora esses dados não informem sobre a nova área total ocupada pelos estabelecimentos, pode-se aferir que o processo de desapropriação e criação de assentamentos foi bastante significativo nesse território. Como conclusão indica-se um processo significativo de territorialização do campesinato no território do Sudeste do Pará com a conquista de frações expressivas do mesmo. Esse movimento de territorialização é um trunfo do campesinato não apenas na continuidade da disputa pela terra, mas, na disputa dos rumos do desenvolvimento territorial a partir de um projeto que não subordine, ao contrário, tome como ponto de partida a racionalidade camponesa. Na construção deste Plano, o reconhecimento da territorialização do campesinato é um dos pontos de partida. No entanto, esse processo não elimina a disputa pela subordinação do campesinato à lógica do capital. Essa é uma disputa chave que vai nortear a dinâmica do desenvolvimento do território nos próximos anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fernandes, B.M. *MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo*. Ed. Hucitec. São Paulo, SP. 285 p, 1999.

Oliveira, A. U.de. Prefácio: In: *MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo*. Fernandes, B. M. Ed. Hucitec. São Paulo/ SP, 1999.

\_\_\_\_\_. *Barbárie e Modernidade: o agronegócio e as transformações no campo*. Texto apresentado no XII Encontro Nacional do MST. *Mimeo*. São Miguel do Iguazu/ PR. 54 p, 2004.

Raffestin, C. *Por uma Geografia do Poder*. Série *Temas*, volume 29/ Geografia e política, 1993.

## **SOUTH EASTERN TERRITORY AND PEASANT'S RE-EXISTENCE (1995 – 2004)**

**Michelotti, Fernando – UFPA/ LASAT**  
fm@skorpionet.com.br

**Ribeiro, Beatriz Figueiredo – LASAT**  
beatrizf.ribeiro@bol.com.br

**Florêncio, Sônia Rampim – LASAT**  
soraflo@ig.com.br

The Brazilian Ministry of Agrarian Development through its Secretary of Territorial Development is undertaking an experiment for the development planning of territories considered prioritarian for the Brazilian agrarian restructure. In a territorial planning, the development perspective starts from the premises that development is based on action and reflexive thinking of a specific stakeholder, as well as from his relation with a part of the space to which he is linked and his relations of power with others stakeholders (Raffestin, 1993: 153). This article describes the case of such prioritary area, the Sudeste Paraense (South Eastern Para), which consists of Marabá and 06 others neighbor's districts. During the making of the Territorial Plan of Development, which is still being undertaken, it was decided that it would be built up taking the peasantry as the stakeholder in evidence. However, the mere definition is not enough to guarantee that the plan implementation will follow the desired premises, because it also depends on the relations of power of the considered stakeholder with the various other stakeholders involved. These relations of power materialize through the gains that each of the stakeholders involved is able to get (Raffestin, 1993: 58). The aim of this article is to consider the recent evolution of the land structure of this particular territory, starting from the premises that the achievement of settlements is a gain of the peasantry (Fernandes, 1999: 242) that influences the future development for the territory in question. Oliveira (2004: 15-16) shows the existence of two distinct and contradictory processes linked to the late capitalist agricultural development in Brazil: the first one is the 'territorialization of the monopolist capital in agriculture', that expels the peasants from their land, and the second is the 'monopolization of the territory by the monopolist capital', that opens space to the development of peasantry, although on the other hand tries to subordinate it. In the second process, the re-existence for land maintenance

can lead to the rejection of the first process and to a struggle against the commitment to the capital, seeking the construction of a free territory (Oliveira, 1999: 11). Land occupation and the achievement of settlements compete with the territorialization of the capital and open room to the peasant's re-existence. The creation of settlements signifies the achievement of part of the territory, which Fernandes (1999: 241) defines as the territorialization of land struggle. But to which extend the creation of settlements in the territory of South Eastern Para can lead to a real process of land decentralization and the reinforcement of peasant's re-existence in this territory? This study based its analyses with data from the last agrarian census from Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) from 1995-96 that show the fundiary situation on December the 31<sup>st</sup>, 1995. These data was confronted with land desapropriation statistics of settlement creation, registered at Brazilian Institute for Agrarian Reform (INCRA) between 1995 and 2004. Although the comparison between these two data sources has limitations, because of the different methodology used in either case, it can show some trends. The occupied area by December 31<sup>st</sup> 1995 in this territory was 1.462.773 ha. From this day to now, 719.940 ha have been converted in settlements. These new areas, when added to the 530.195 ha that were converted in settlements until 1995, sums up to a 125.135 ha. Although these data don't inform us about the new total area occupied by settlements, it is possible to conclude that the process of the creation of new settlements was really significant in this territory. Reaching the conclusion, we can ascertain that there is a significant ongoing process of peasant's territorialization in the territory of South Eastern Para, with the achievement of expressive portions of territory. The movement towards territorialization is a gain to the peasantry, not only in the continuing struggle for land possessions, but also in the dispute of new directions on territorial development, having as basis a non-subordinate project, that takes as a starting point the peasant's rationality. In the implementation of the Development Territorial Plan for South Eastern Para, the acknowledgement of this peasant's territorialization must be a starting point. However, this procedure doesn't inhibit the dispute for the subordination of the peasantry to the capital logic. This is a key dispute that will guide the development dynamic of the territory for the next years.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fernandes, B.M. *MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo*. Ed. Hucitec. São Paulo, SP. 285 p, 1999.

Oliveira, A. U.de. Prefácio: In: *MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo*. Fernandes, B. M. Ed. Hucitec. São Paulo/ SP, 1999.

\_\_\_\_\_ *Barbárie e Modernidade: o agronegócio e as transformações no campo*. Texto apresentado no XII Encontro Nacional do MST. *Mimeo*. São Miguel do Iguaçu/ PR. 54 p, 2004.

Raffestin, C. *Por uma Geografia do Poder*. Série *Temas*, volume 29/ Geografia e política, 1993.